

## mercado

# Empresários que arruinam o PIB

Movimentos empresariais ajudam a destruir economia pelo menos desde 2015

**Vinicius Torres Freire**

Journalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O caminhonça de 2018 parou o país por quase dez dias, acabou com a expectativa de que a economia crescesse 2% naquele ano e colocou o governo de Michel Temer de joelhos, dada a ameaça de colapso do abastecimento.

A baderna rendeu um tabelamento de preços (dos fretes) e subsídios de bilhões para caminhoneiros autônomos, transportadoras e clientes do transporte rodoviário, como o agronegócio (tudo muito liberal, né?). O Congresso anistiou os crimes dos baderneiros.

O paradoxo inclinou ainda mais a ladeira que o Brasil desce desde 2013, pelo menos.

Jair Bolsonaro apoiou o caminhonça, claro, ao lado de empresários e associações empresariais, como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

A polícia investiga o atual presidente da Aprosoja, o bolsonarista Antonio Galvan, suspeito de organizar manifestações golpistas no 7 de Setembro (em 2018, era presidente

da Aprosoja-MT, entusiasta do caminhonça). Blairo Maggi e a associação dizem que não apoiam Galvan, que ainda comanda a Aprosoja, no entanto.

Grandes empresas e seus empresários, vários do varejo, do setor imobiliário e da finança, são bolsonaristas militantes ou colaboracionistas. Quase todo o resto foi omissivo ou conivente. No fim das contas, esperavam acabar com o PT, passar a boiada de algumas “reformas” (trabalhista e previdenciária) e barrar alta de impostos, ainda que para o ajuste fiscal, o que

ficara evidente desde 2015, com o Movimento do Pato Amarelo, da Fiesp. A maioria se opõe a “reformas” que aumentam concorrência e eficiência (equalização de impostos, abertura comercial, fim de subsídios etc.).

Era evidente que mesmo esse programa mínimo cínico daria com os burros n’água, ainda mais com o burro perverso no Planalto, que levou para o governo, na economia inclusiva, o mundo cão, o porão militar e incompetentes e obscurantistas em geral.

A destruição ambiental, os

talibãs na educação, o morticínio na epidemia, o isolamento internacional, nada disso levou o grosso do que se chama de “empresariado” a fazer um mea-culpa. Mesmo que não se importem de fato com esses assuntos, sabe-se que esse programa destrutivo cedo ou tarde prejudica os negócios, com ou sem “reformas”. Quando Bolsonaro repetiu a ameaça explícita de melar a eleição de 2022, mandaram um telegrama tardio para o país.

Em suma, de um modo ou de outro, o grosso do “empresariado” apoia ou apoiou a ruína econômica.

O empresariado “reformista” não se moveu também quando Bolsonaro ajudou a acabar com a Lava Jato, tocando Sergio Moro para fora e nomeando Augusto Aras para a PGR — o liberal-lavajatismo fora uma das correntes que levaram Bolsonaro ao poder. O sis-

tema político, o centrão-bolsonarismo em particular, fez o resto do serviço de dar cabo de investigações contra corrupções e arrumou mais dinheiros para se manter no poder. Conseguiu passar pela revolta de 2013, pela Lava Jato e está no comando do governo mais reacionário e imbecil da nossa história quase sempre lamentável. Venceram.

Como é fácil perceber, o “empresariado reformista” e o sistema político dominado pelo centrão fizeram um grande arranjo de manutenção do establishment, com sucesso, mas sem perspectiva alguma de progresso, em um país agora mais selvagem, cafajuste, cínico, queimado, pobre, pária, ignorante, doente, miliciano e tutelado por generais semiletrados.

Ainda vai ser preciso estudar muito para entender a Grande Involução brasileira, que dirá para imaginar uma saída para este desastre.

# Idec cobra incentivo urgente de economia de luz para residências

Instituto afirma que racionamento já bate às portas e propõe plano de bonificações para consumidores

**Nicola Pamplona**

**RIO DE JANEIRO** O Idec (Instituto de defesa do Consumidor) vai propor ao governo federal um programa de bonificações para incentivar a economia de energia por consumidores residenciais, medida considerada fundamental por especialistas para enfrentar a crise hídrica.

Na segunda (23), o governo lançou um programa de economia para grandes consumidores, mas que foca o deslocamento da demanda para evitar problemas nos horários de maior consumo. Assim, deve ter pouco efeito sobre o nível dos reservatórios.

“O racionamento já bate às portas, a gente já vê ele como uma realidade”, disse nesta terça (24) o coordenador do programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, Cláuber Leite. “A demora para assumir a crise tende a piorar as condições para consumidores residenciais no futuro.”

Leite argumenta que o modelo de enfrentamento da crise adotado pelo governo amplia a pressão sobre as tarifas, ao lançar mão de térmicas cada vez mais caras para garantir o suprimento. O engajamento do consumidor, diz, reduz essa pressão e ajuda a poupar água nos reservatórios.

“Não há espaço para aumento da geração a custo razoável”, afirma — a primeira térmica emergencial contratada pelo governo, em Mato Grosso do Sul, por exemplo,

tem custo superior a R\$ 2.000 por MWh (megawatt-hora).

A proposta do Idec dá descontos sobre o valor da bandeira tarifária para consumidores que economizarem energia. As metas de economia variam de 5% a 25% sobre o consumo médio de 2020, dependendo do porte do consumidor.

Já aqueles que não cumprissem as metas, teriam uma punição, que ajudaria a compensar as bonificações. Consumidores de baixa renda, com consumo de até 100 kWh por mês, seriam isentos da bandeira, com esse custo transferido ao Tesouro.

“Sabemos que isso pode ter algum custo político, mas a falta de ação vai trazer prejuízos muito maiores para os consumidores”, diz ele. “A gente vê cenários de aumento de tarifas de 13% a 16% no ano que vem. Se nada for feito, isso pode ser muito pior.”

Além da pressão tarifária, especialistas do ICS (Instituto de Defesa do Consumidor, do ICS (Instituto de Defesa do Consumidor) acreditam que, sem redução do consumo, o Brasil tende a estender a duração da crise para o ano de 2022.

“A crise não termina em dezembro”, diz a consultora do instituto Amanda Ohara. “A situação é grave e não faz mais sentido atacar só pelo lado da oferta. Se a gente não tratar com clareza e transparência necessária, a gente não vai ter o engajamento necessário.”

O MME (Ministério de Minas e Energia) anunciou na semana passada estudos pa-

ra um programa de redução voluntária no consumo e residências e pequenos comércios, mas os detalhes ainda não foram divulgados.

No plano para grandes indústrias, as empresas receberão bonificações se reduzirem a demanda em horários específicos, de acordo com as necessidades do sistema. Mas a produção perdida nesses períodos pode ser recuperada em horários de menor demanda.

“Isso pode resolver um problema, que seriam os cortes seletivos [por falta de potência para atender os horários de pico], mas não aborda a questão que está levando ao racionamento, que é a falta de água nos reservatórios”, diz Ricardo Lima, sócio da consultoria Tempo Presente.

Com larga experiência no setor, Lima diz que a medida “tenta dar uma maquiagem para um racionamento que parece inevitável”. Para ele, as medidas anunciadas até agora são “tímidas e covardes” e campanhas de incentivo à economia, como a veiculada pelo governo federal, têm pouco impacto no engajamento do consumidor.

Responsável pela área de regulação da Mercurio Trading, o engenheiro Eduardo Faria acha que as medidas adotadas até o momento são positivas e contribuem para resolver o problema da demanda nos horários de pico, com alguns impactos sobre a poupança de água nos reservatórios.



Reservatório de Água Vermelha (SP), cujo volume estava em 21,33% na segunda (23) Joel Silva - 10.ago.21/Fotoarena/Agência O Globo

“Imagina a empresa que compra um gerador, ela vai economizar energia do sistema e receber uma remuneração pela redução voluntária de demanda”, diz. Na sua opinião, a decisão por um programa de racionamento dependeria de uma avaliação mais detalhada tanto do cenário hidrológico quanto das consequências.

“Primeiro, não existe um critério técnico para decretar racionamento”, afirma. “É uma situação muito drástica, porque afeta a economia, afeta o PIB. A gente acha que ainda tem muitos fatores para essa decisão ser tomada. Depende da carga, que depende das temperaturas, depende das chuvas...”

Risco de apagão é maior que o da delta, diz economista do Itaú

**Daniele Madureira**

**BRASÍLIA** O economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, disse nesta terça-feira (24) que a retomada da economia brasileira corre mais riscos com a ameaça de racionamento de energia do que com o aumento da circulação da variante delta do novo coronavírus no país.

“Até o momento, a variante delta parece sob controle”, disse Mesquita, durante apresentação de relatório de Análise de Comportamento de Consumo, relativo ao segundo trimestre de 2021. “Já o risco de racionamento é maior.”

Para Mesquita, o Brasil vai sair desta pandemia mais desigual do que entrou. “Estamos observando o aumento do nível do emprego formal. Já o desemprego cresce no mercado informal.”

Para 2021, o Itaú projeta um aumento de 5,7% no PIB em comparação a 2020, quando a atividade econômica encolheu 4,1%. Já para 2022 a previsão de crescimento da economia é de 1,5%.

# Agência aprova edital e contrato para relicitação de Viracopos

**RIO DE JANEIRO** A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) aprovou nesta terça-feira (24) edital e contrato para a relicitação do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), processo que permitirá a transferência da mais problemática concessão aeroportuária do país para um novo operador.

Os documentos ficarão em audiência pública pelos próximos 45 dias, antes de serem enviados para avaliação do TCU (Tribunal de Contas da União).

O projeto aprovado pelo PPI (Programa de Parcerias e In-

vestimentos) prevê aportes de R\$ 4,2 bilhões na ampliação do aeroporto.

“Boa notícia. Estamos perto de solucionar um dos grandes problemas que herdamos no Ministério da Infraestrutura”, escreveu o ministro da pasta, Tarcísio Gomes de Freitas, em uma rede social. Durante a tarde, ele elencou o aeroporto entre os leilões de concessão previstos para os próximos meses.

A relicitação é uma forma amigável de devolução de concessões para o governo federal. A lei foi apresentada em

2017, no governo Michel Temer (MDB), e regulamentada por Jair Bolsonaro (sem partido) em 2019.

A medida visa endereçar concessões feitas entre 2012 e 2013 que foram modeladas projetando um ambiente econômico promissor que acabou sendo frustrado pela crise econômica.

Viracopos foi concedido em 2012 à Aeroportos Brasil, formada por Infraero, pelas construtoras UTC e Triunfo e pela francesa Egis.

A concessionária pediu recuperação judicial em 2018,

para “solucionar a crise de liquidez decorrente, principalmente, da ausência de recomposição dos eventos que causaram desequilíbrios econômico-financeiros no contrato de concessão e da crise econômica que se instalou no país a partir de 2014”.

Em dezembro de 2020, o processo de recuperação foi encerrado a pedido da própria empresa, como um passo no sentido de permitir o processo de relicitação. A previsão do governo era fazer a concorrência no primeiro semestre, mas o processo deve

ficar para 2022.

Além da crise econômica, a concessão sofreu com a redução de movimento provocada pela pandemia. Em 2020, a movimentação de passageiros por Viracopos recuou 36,62%, enquanto o movimento de pousos e decolagens de aeronaves experimentou uma queda de 35,61%.

“Nosso programa de concessões vai além de bater martelo”, escreveu Tarcísio. “Estamos dando solução aos erros cometidos no passado.”

Em evento promovido pela XP Investimentos nesta ter-

ça, o ministro reforçou que o governo fará uma série de licitações de concessões ainda neste ano, incluindo a rodovia Presidente Dutra e dois grandes terminais de combustíveis no porto de Santos.

Quando lhe foi novamente perguntado sobre a Ferrogrão, projeto ferroviário entre Mato Grosso e Pará, disse que o governo contratou um projeto detalhado da ferrovia enquanto espera avaliação do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre decisão que suspendeu o processo por questões ambientais. **Nicola Pamplona**